



Gabriella Rossetti Ferreira
(Organizadora)

Educação: Políticas, Estrutura e Organização 6



Atena
Editora

Ano 2019

Gabriella Rossetti Ferreira

(Organizadora)

**Educação: Políticas, Estrutura e
Organização**
6

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E24 Educação [recurso eletrônico] : políticas, estrutura e organização 6 / Organizadora Gabriella Rossetti Ferreira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Educação: Políticas, Estrutura e Organização; v. 6)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-307-1

DOI 10.22533/at.ed.071190304

1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Currículo escolar – Brasil. 3. Educação – Pesquisa – Brasil. 4. Políticas educacionais. I. Ferreira, Gabriella Rossetti. II. Série.

CDD 370.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Educação: Políticas, Estrutura e Organização – Parte 6” traz capítulos com diversos estudos que se completam na tarefa de contribuir, de forma profícua, para o leque de temas que envolvem o campo da educação.

A educação é uma atividade que se expressa de formas distintas, envolvendo processos que tem consequências nos alunos, possui métodos que precisam ser compreendidos; envolve o que se pretende, o que se transmite, os efeitos obtidos, agentes e elementos que determinam a atividade e o conteúdo (forças sociais, instituição escolar, ambiente e clima pedagógico, professores, materiais e outros) (SACRISTÁN, 2007).

O conceito de educação é inseparável do ente subjetivo que lhe dão atributos diferenciados. A educação é algo plural que não se dá de uma única forma, nem provém de um único modelo; ela não acontece apenas na escola, e às vezes a escola nem sempre é o melhor lugar para que ela ocorra.

A escola deve estar pronta para atender a diversidade cultural, conduzindo a aceitação e o respeito pelo outro e pela diferença, pois se valoriza a ideia de que existem maneiras diversas de se ensinar e conseqüentemente diferentes formas de organização na escola, onde seja levado em consideração a complexidade da criação de um currículo que atenda o desafio de incorporar extensivamente o conhecimento acumulado pela herança cultural sem perder a densidade do processo de construção do conhecimento em cada indivíduo singular. A escolaridade faz parte da realidade social e é uma dimensão essencial para caracterizar o passado, o presente e o futuro das sociedades, dos povos, dos países, das culturas e dos indivíduos. É assim que a escolarização se constitui em um projeto humanizador que reflete a perspectiva do progresso dos seres humanos e da sociedade.

Em uma escola democrática não há barreiras educacionais, eliminam-se a formação de grupos com base na capacidade dos alunos, provas preconceituosas e outras iniciativas que tantas vezes impedem o acesso e permanências de todos na escola, proporcionando um ensino de qualidade para todos, sem exclusão.

Gabriella Rossetti Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
DO DESENCANTO AO ABANDONO DE SI - MARCAS DA COLONIALIDADE SOBRE O OFÍCIO DE PROFESSOR	
Genilda Alves Nascimento Melo	
Andréia Quinto dos Santos	
Célia Jesus dos Santos Silva	
DOI 10.22533/at.ed.0711903041	
CAPÍTULO 2	12
DOS MODELOS PEDAGÓGICOS EUROPEUS E NORTE-AMERICANOS NA ESCOLA PRIMÁRIA DA PRIMEIRA REPÚBLICA NO BRASIL: PRÁTICAS ESCOLARES DE LEITURA E ESCRITA	
Rosemeire dos Santos Amaral	
Maria Neide Sobral	
DOI 10.22533/at.ed.0711903042	
CAPÍTULO 3	24
EAD SOB A PERSPECTIVA SWOT	
Erika Pinheiro Pérez	
Blanca Martín Salvago	
DOI 10.22533/at.ed.0711903043	
CAPÍTULO 4	38
EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO CURRÍCULO ESCOLAR	
Maria Jussilania Dantas Araújo	
Márcio Rodrigues dos Santos	
Flávia Nunes de Sousa Limeira	
DOI 10.22533/at.ed.0711903044	
CAPÍTULO 5	46
EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA REVOLUÇÃO PLANETÁRIA- SOBRE A VISÃO DE EDGAR MORIN	
Marinalva Valdevino dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.0711903045	
CAPÍTULO 6	53
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UMA ANÁLISE SOBRE O CENTRO EDUCACIONAL FEMININO (CEF)	
Natalya Regina Fortes Monte Santos	
Maria Gilcília Silva Pereira Borges	
Aislla Maria de Almeida Gomes	
Ana Rita Soares Silva	
DOI 10.22533/at.ed.0711903046	
CAPÍTULO 7	61
EDUCAÇÃO DIGITAL NA TERCEIRA IDADE: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UMA TURMA DE INFORMÁTICA BÁSICA	
Mario Diego Ferreira dos Santos	
Suzy Kamylla de Oliveira Menezes	
DOI 10.22533/at.ed.0711903047	

CAPÍTULO 8	67
EDUCAÇÃO DO CAMPO E GESTÃO DEMOCRÁTICA: UMA ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DA CASA FAMÍLIA RURAL “MANOEL PAULINO DE SOUSA”- ABAETETUBA/PARÁ	
Juliany Serra Miranda Denival de Lira Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.0711903048	
CAPÍTULO 9	72
EDUCAÇÃO E CULTURA: AS RESSONÂNCIAS (RE)PRODUZIDAS PELAS MÍDIAS NA CULTURA RIBEIRINHA	
Adelmo Viana Wanzeler Benilda Miranda Veloso Silva João Batista do Carmo Silva	
DOI 10.22533/at.ed.0711903049	
CAPÍTULO 10	83
EDUCAÇÃO E TRABALHO: O PROCESSO INTERDISCIPLINAR NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
Rosalina Rodrigues de Oliveira Marcelo Fabiano Rodrigues Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.07119030410	
CAPÍTULO 11	95
EDUCAÇÃO EM SAÚDE: PREPARANDO PACIENTES E FAMILIARES PARA A DESOSPITALIZAÇÃO	
Juliana Lemos Zaidan Priscyla Dayane Gomes das Chagas Lira Elvira Santana Amorim Andreyna Javorski Rodrigues Jael Maria de Aquino	
DOI 10.22533/at.ed.07119030411	
CAPÍTULO 12	102
EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL: CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA NOVO MAIS EDUCAÇÃO PARA A EFETIVAÇÃO DA APRENDIZAGEM DOS ALUNOS DA ESCOLA GUIOMAR LYRA, CARUARU – PE	
Marilene da Silva Lima Edilene Maria da Silva Katia Tatiana Moraes de Oliveira Ana Lúcia de Melo Santos Nubênia de Lima Tresena	
DOI 10.22533/at.ed.07119030412	
CAPÍTULO 13	114
EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: A PERSPECTIVA DO ESPORTE NA ÓTICA DA CULTURA CORPORAL	
Rogério Tauã Mello Machado Yuri Lima Silveira Ian Fonseca Coquet	

DOI 10.22533/at.ed.07119030413

CAPÍTULO 14 119

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM OLHAR SOBRE A POLÍTICA DE INCLUSÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ITUMBIARA/GO

Keila Rosa Procópio

Lia Batista Machado

DOI 10.22533/at.ed.07119030414

CAPÍTULO 15 131

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM OLHAR SOBRE A VIVÊNCIA DO PROFESSOR/A AUXILIAR NA MEDIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

Gessione Moraes da Silva

Gesomara Lopes Guerra

Maria Adriana de Souza

DOI 10.22533/at.ed.07119030415

CAPÍTULO 16 141

EDUCAÇÃO NA INDÚSTRIA 4.0: CONTRIBUIÇÕES DA SALA INVERTIDA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Sebastião Soares Lyra Netto

Ana de Kássia Silva Lyra

Jedida Severina de Andrade Melo

Queila Carla Ramos da Silva Alcantara

Andréia Gilzélia de Arruda Santana

Paula Helena da Rocha Silva

Rosilene Tarcisa da Silva Lisboa

DOI 10.22533/at.ed.07119030416

CAPÍTULO 17 156

EDUCAÇÃO NÃO FORMAL NO GRUPO AGITAÇÃO RIO PRETO: ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE EM AMBIENTES PROPÍCIOS AO LAZER E À EDUCAÇÃO

Maria Fernanda Sanchez Maturana

Miriam Sinhorelli

Vagner Sérgio Custódio

Isadora de Oliveira Pinto Barciela

Aline Sinhorelli Sakamoto

Vanessa Camilo Sossai

Keila Isabel Botan

Rodrigo Soares da Silva

DOI 10.22533/at.ed.07119030417

CAPÍTULO 18 165

EDUCAÇÃO PERMANENTE: PROCESSO DE TRABALHO DE AUXILIARES EM SAÚDE BUCAL NO INTERIOR DO ESTADO DO CEARÁ – RELATO DE EXPERIÊNCIA

Tainá Macedo Do Vale

Ermano Batista Da Costa

Antônio Rodrigues Ferreira Júnior

DOI 10.22533/at.ed.07119030418

CAPÍTULO 19	173
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA AO ENSINO MÉDIO: UM ESTUDO DO PNE (2014-2024) E LDB – 9.394/96	
Jamilly Leite Olegario Maria Aparecida dos Santos Ferreira Márcia Gonçalves Keesem	
DOI 10.22533/at.ed.07119030419	
CAPÍTULO 20	180
EDUCAÇÃO SEXUAL: CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE NO PROCESSO DE AUTO-CONHECIMENTO E NA CONSTRUÇÃO DE UMA CIDADANIA ATIVA	
Gabriella Rossetti Ferreira Paulo Rennes Marçal Ribeiro Andreza Marques de Castro Leão	
DOI 10.22533/at.ed.07119030420	
CAPÍTULO 21	198
EDUCAÇÃO SOBRE DIREITOS HUMANOS E ENSINO DE QUÍMICA: EM BUSCA DE UMA FORMAÇÃO CIDADÃ NA ESCOLA	
Alex William Sanches Fernando de Azevedo Alves Brito Pâmela Ribeiro Lopes Soares	
DOI 10.22533/at.ed.07119030421	
CAPÍTULO 22	210
EDUCAÇÃO SOBRE DIREITOS HUMANOS E GÊNERO: ENTRELACANDO PERSPECTIVAS	
Alex William Sanches Álvaro de Azevedo Alves Brito Bianca Silva Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.07119030422	
CAPÍTULO 23	218
EFETIVAÇÃO DA INCLUSÃO DO SURDO NO PROCESSO EDUCACIONAL	
Lindacir Laurentino Lima de Medeiros Rosana de Medeiros Silva	
DOI 10.22533/at.ed.07119030423	
CAPÍTULO 24	227
EJA NO MUNICÍPIO DE ARAPIRACA: UMA ANÁLISE PSICANALÍTICA E PEDAGÓGICA NA RELAÇÃO PROFESSOR E ALUNO E A IMPORTÂNCIA DA AFETIVIDADE	
José Clebson dos Santos Jenaice Israel Ferro	
DOI 10.22533/at.ed.07119030424	

CAPÍTULO 25	238
ELABORAÇÃO DE UM OBJETO DE ENSINO-APRENDIZAGEM COM BASE NO SISTEMA DE AUTOMAÇÃO DA COLETA DE ÁGUAS DA CHUVA	
Abel Antônio Alves Kenedy Lopes de Nogueira	
DOI 10.22533/at.ed.07119030425	
CAPÍTULO 26	252
EM DISCUSSÃO: O ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS E AS DECORRÊNCIAS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES. ESTAMOS PREPARADOS PARA IMPLANTÁ-LO?	
Rosângela da Silva Camargo Paglia	
DOI 10.22533/at.ed.07119030426	
CAPÍTULO 27	263
ENSINO DA ROBÓTICA: O ARDUINO COMO FERRAMENTA DIDÁTICA	
Brenna Theodora Machado Matos Robério Oliveira Rodrigues Maria Bruna Machado Matos Paulo Sérgio Silvino do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.07119030427	
CAPÍTULO 28	273
ENSINO DE BOTÂNICA: METODOLOGIA PARA O ESTUDO DAS ANGIOSPERMAS NO FUNDAMENTAL II	
Rivete Silva de Lima Pietra Rolim Alencar Marques Costa Rafaela Sales Pereira Roxo	
DOI 10.22533/at.ed.07119030428	
CAPÍTULO 29	286
ENSINO DE BOTÂNICA: UM ESTUDO A PARTIR DE DISSERTAÇÕES E TESES DEFENDIDAS NO BRASIL (1982 A 2016)	
Laís Goyos Pieroni Maria Cristina de Senzi Zancul	
DOI 10.22533/at.ed.07119030429	
CAPÍTULO 30	297
ENSINO DE HISTÓRIA E A SEGUNDA GRANDE GUERRA A PARTIR DE POESIAS, FOTOGRAFIAS E SUAS REPRESENTAÇÕES	
Daniele Alves Craveiro Fernanda Dalmazo Garcia Fernando Santos Maciel Leticia Vicentina Nunes Zandoná Luciana Berbel Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.07119030430	

CAPÍTULO 31	302
ENSINO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA EM ESCOLAS PÚBLICAS DE PERNAMBUCO: UMA ANÁLISE DOS PARÂMETROS CURRICULARES NO CONTEXTO DE SALA DE AULA	
Samantha Joyce Ferreira Wanderley da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.07119030431	
CAPÍTULO 32	308
ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA ESTRANGEIROS: O FATOR INTERCULTURALIDADE PRESENTE EM MANUAIS DIDÁTICOS PRODUZIDOS NO BRASIL	
Márcia Rejane de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.07119030432	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	317

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UMA ANÁLISE SOBRE O CENTRO EDUCACIONAL FEMININO (CEF)

Natalya Regina Fortes Monte Santos

Universidade Federal do Piauí – UFPI
Teresina – Piauí

Maria Gilcília Silva Pereira Borges

Universidade Federal do Piauí – UFPI
Teresina – Piauí

Aislla Maria de Almeida Gomes

Universidade Federal do Piauí – UFPI
Teresina – Piauí

Ana Rita Soares Silva

Universidade Federal do Piauí – UFPI
Teresina – Piauí

RESUMO: O presente estudo teve como objetivo compreender como a educação de jovens e adultos é promovida para a formação das jovens privadas de liberdade que cumprem medidas socioeducativas no Centro Educacional Feminino, bem como analisar o desenvolvimento do trabalho do educador que atua neste contexto. A metodologia utilizada foi entrevista semi-estruturada com a pedagoga, uma professora e uma adolescente do local; além da observação não-participante, objetivando analisar a estrutura física. Após a visita, pode-se perceber o paradoxo entre a educação aplicada no local e a que seria realmente necessário e relevante para atuar com este público;

o descaso do governo do estado com a formação dos profissionais, com fornecimento de materiais necessários para o desenvolvimento das atividades pedagógicas, bem como com a estrutura física do local, na qual se encontra inapropriada. Assim, é possível afirmar a urgência por mudanças significativas no Centro, tratando desde a instrução dos profissionais até a adequação do espaço físico do CEF.

PALAVRAS-CHAVE: Educação de Jovens e Adultos, Centro Educacional Feminino, ressocialização, educação como ato político.

1 | INTRODUÇÃO

Por falta de oportunidades, acesso a escolas, qualidade no ensino e investimentos em permanência - ou por estarem sujeitos a condições sociais adversas de subsistência -, jovens, adultos e idosos acabam abandonando os estudos antes mesmo de terem aprendido o básico. Uma das saídas encontradas para essa realidade é a Educação para Jovens e Adultos (EJA) que, ao longo da história, tem sido identificada com as campanhas de

alfabetização, em programas acelerados de elevação de escolaridade e exames de certificado de estudos básicos. Engloba também aquela parcela da juventude que apesar de ter acesso a escolas na infância e adolescência, não obtiveram bons resultados no processo de aprendizagem, marcados por reprovações e abandonos.

Como formação humana, a EJA não se trata somente de mera transmissão de conhecimentos ou técnica particular – como a de ler e escrever -, mas de produzir uma mudança na consciência do educando, provocando uma transformação em que a leitura é apenas um entre os inúmeros elementos. No despertar dessa consciência através da educação, surge espontaneamente a compreensão a respeito da necessidade de alcançar um nível elevado do saber e constitui no educando a reflexão de si e de sua realidade, fornecendo inclusive as ferramentas para uma mudança social real.

Deste modo, é impossível falar e muito menos praticar uma educação neutra. Levando em conta o caráter formador, transformador e mantenedor da educação, pode-se constatar que o processo educativo se dá a favor de alguém ou de algo e contra alguém ou algo, ou seja, é regido por uma forma de pensamento. Como afirma Freire (2009, p. 25)

Na medida em que compreendemos a educação, de um lado, reproduzindo a ideologia dominante, mas, de outro, proporcionando, independentemente da intenção de quem tem o poder, a negação daquela ideologia (ou o seu desvelamento) pela confrontação entre ela e a realidade (como de fato está sendo e não como o discurso oficial diz que ela é), realidade vivida pelos educandos e pelos educadores, percebemos a inviabilidade de uma educação neutra.

Portanto, a educação traz em si o poder de mascarar ou revelar a realidade, de manter o educando oprimido e refém da ideologia dominante, ou de libertá-lo, tornando-o um cidadão consciente. Assim, o processo educativo tem uma natureza política – a educação é um ato político -, que busca manter ou transformar o modelo social vigente. Tendo consciência da não-neutralidade de suas ações, o educador precisa ter como finalidade formar cidadãos capazes de enxergar sua realidade, refletir sobre ela e, então, estar apto a transformá-la.

No entanto, observa-se que a educação, assim como a distribuição dos bens produzidos na sociedade capitalista, é desigual nas oportunidades. Enquanto a uns são oferecidas as condições de infraestrutura e material adequado, a outros falta o básico. Com base nesta problemática, Pinto (1993, p. 47) diz que “[...] a ideia do direito igual para todos de receber educação escolar começa por ser exigência de visionários políticos e sociais e só passa a ser uma demanda da consciência geral quando se dão as condições objetivas que fundamentam esse intento”.

A educação consiste no processo pelo qual a sociedade forma seus membros à sua imagem e em função de seus interesses. Por consequência, educação é a construção do homem pela sociedade, ou seja, o processo pelo qual o meio social atua constantemente sobre o desenvolvimento do ser humano com a intenção de integrá-lo às regras, princípios e valores que são vigentes no momento e de conduzi-

los a buscar em suas ações o bem-comum.

Visto isto, é necessário o reconhecimento da pluralidade do público da EJA para um atendimento que considere a individualidade dos sujeitos atendidos por esta modalidade, considerando sua diversidade cultural (AGUIAR, 2009). Uma parcela importante são os sujeitos privados de liberdade que cumprem medidas socioeducativas, principalmente os menores de idade. Por isso a escolha de realizar esta pesquisa no Centro Educacional Feminino (CEF) de Teresina, órgão da Secretaria de Assistência Social e Cidadania (Sasc) que atende adolescentes do sexo feminino em conflito com a lei.

O presente estudo teve como objetivo compreender como a EJA promove a formação das jovens privadas de liberdade, bem como o desenvolvimento do trabalho do educador que atua neste contexto. Para isto, foi necessário conhecer este ambiente que deve proporcionar a formação de valores positivos às adolescentes envolvidas em atos infracionais, como a reintegração familiar e social, tendo como dever apontar caminhos para uma vida de oportunidades, com hábitos saudáveis e acesso à educação formal, atividades esportivas, capacitação profissional e atendimento psicossocial e saúde.

2 | METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida por meio de visita realizada no Centro Educacional Feminino (CEF), onde foram realizadas entrevistas com três sujeitos: a pedagoga do local, a professora de inglês e uma jovem em medida socioeducativa privada de liberdade. Optou-se pela entrevista semi-estruturada, ou seja, foram propostas perguntas previamente definidas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o assunto em questão, como se fosse uma conversa informal (BONI; QUARESMA, 2005).

Também foi utilizada a observação não-participante, com o intuito de analisar a infraestrutura do local para a realização das práticas pedagógicas. Segundo (GODOY, 1995), neste tipo de método, o pesquisador atua apenas como espectador, no qual baseado em um roteiro de observação, analisa atentamente o máximo de requisitos que interessar em seu estudo.

3 | UM RETRATO DA EJA PARA ADOLESCENTE PRIVADAS DE LIBERDADE

A maioria das adolescentes que chegam ao Centro Educacional Feminino apresenta distorção idade-série ou havia abandonado os estudos. Logo, se enquadram no segmento atendido pela Educação de Jovens e Adultos e devem ser matriculadas em escolas que atendam esta modalidade, direito garantido pelo Art.205

da Constituição Federal que diz: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Assim, no momento que as menores infratoras adentram a casa, é feito um levantamento da sua vida escolar pela pedagoga do local, com o intuito de identificar em qual etapa do ensino regular a mesma se encontra ou quando deixou de frequentar a escola. Em seguida, entra-se em contato com os pais das jovens para que estes possam se dirigir até uma escola que oferece ensino regular de EJA, com o propósito de matricular suas filhas, já que a própria instituição não conta com sistema de matrículas, apesar da presença de professores responsáveis pela educação do local. Muitas vezes encontram resistência por parte dos diretores que não querem aceitar esse público, por preconceito ou falta de informação, já que a violação dos direitos humanos e vista, muitas vezes, como forma de solucionar o fenômeno da violência, sem levar em conta a discriminação que pune jovens negros e pobres, excluídos dos direitos mais elementares de cidadania, antes mesmo de adentrarem nas prisões (AGUIAR, 2009). Assim, a meta de matricular as jovens somente é atingida após muito esforço e conversa entre os profissionais do CEF e da escola.

Após serem matriculadas no ensino regular, as adolescentes frequentam as aulas de EJA oferecidas no centro, na etapa que corresponde à série na qual se deu sua matrícula. No CEF, são ofertados os níveis correspondentes ao Ensino Fundamental I e II. Entretanto, a demanda da instituição é maior nas etapas IV e V (entre 6º a 9º ano), já que as etapas I (alfabetização) e II (2º e 3º ano) já foram cursadas pela maioria das jovens que são enviadas para o local, quando crianças. Conseqüentemente, em menor quantidade, recebem meninas que ainda não estudaram as séries que formam a etapa III (4º e 5º ano). O centro não oferta as etapas VI e VII (1º, 2º e 3º ano do Ensino Médio), pois, como a clientela desta etapa dentro do local é mínima, não são enviados recursos suficientes para atender todos os níveis da modalidade. Caso alguma jovem chegue ao Ensino Médio ainda em regime de privação de liberdade, medidas judiciais são tomadas para permitir seu acesso e a permanência às escolas de EJA fora da instituição.

Isto posto, é responsabilidade do centro transmitir todos os assuntos e disciplinas repassados pela gestão da escola ao CEF. As provas são realizadas no local, cabendo à pedagoga ao final de cada mês enviar a direção um relatório com as notas das alunas, para, conseqüentemente, serem aprovadas ou não, resultando na permanência ou progressão para as etapas seguintes. Todas as atividades pedagógicas são proporcionadas às jovens pelos professores do local, nos quais cada um é responsável pela sua área.

Contudo, a maioria desses profissionais não é preparada para atuar neste ambiente que exige uma formação específica, tanto pelas necessidades da EJA, como pelo contexto em que as educandas estão inseridas. Como afirma Pinto (1993), o

educador estará capacitado quando procurar conhecimento pelas vias externas, através da formação continuada, leitura de periódicos e presença em eventos da área, e pela via interior, onde a indagação constante acerca do seu papel social é determinante. Além disso, o governo estadual que rege a casa, deveria disponibilizar algum suporte inicial para os professores começarem a desenvolver suas atividades, como cursos de formação. Porém, os auxílios que recebem são apenas orientações da pedagoga, que por iniciativa própria, sempre pausa seus trabalhos por uma semana para acompanhar individualmente o professor que está chegando ao local, pelo entendimento da importância desta instrução para a qualidade e o melhor funcionamento do processo educacional.

A pedagoga encara o seu trabalho no CEF como uma missão e declara muito amor pelo que desenvolve com as jovens, o que é relevante na realidade das adolescentes de tentar reatar o vínculo interrompido com a educação formal, não sendo favorável encontrar um ambiente que continue produzindo impactos afetivos negativos (LEITE; GAZOLI, 2012). A partir disso, a profissional considera fundamental o trabalho que tem construído, já que as internas melhoraram o comportamento, passaram a respeitar mais os professores – anteriormente coagidos, ameaçados ou agredidos verbalmente - e demais profissionais do centro e se dedicam mais aos estudos e projetos propostos pela coordenação pedagógica, alcançando melhores resultados nas atividades avaliativas. Ela confirma que isto é comprovado após a saída de algumas jovens do centro, que permanecem estudando e buscando nos estudos a mudança.

Todavia, na concepção da pedagoga do centro, não existe diferença entre as jovens que estão em medidas socioeducativas e qualquer outro estudante, em concordância com Aguiar (2009), no qual afirma que a educação nas prisões é ofertada através de ações que, em sua grande maioria, ignoram as especificidades da EJA, bem como de seus sujeitos. A partir deste posicionamento, pode-se confirmar que um ponto crucial para o desenvolvimento do pensamento crítico das adolescentes é ignorado pelo CEF: a educação como ato político, na qual objetiva suscitar no educando a consciência de si e do mundo (PINTO, 1993). Todo o trabalho de conscientização das jovens é responsabilidade apenas da psicóloga ou da assistente social, sendo papel do educador apenas a transmissão dos conteúdos necessários pra cumprimento do currículo.

Dessa forma, o material didático que é utilizado para orientar as aulas é igual aos das demais escolas desta modalidade de ensino, encaminhados pela Secretaria Estadual de Educação, concordando com o posicionamento da pedagoga. No entanto, o material enviado a instituição não é julgado como adequado, pois, como afirma Bandeira (2018, p.25)

“o tipo de material didático a ser utilizado na educação formal e informal dependerá das condições de oferta e finalidades do curso, da proposta pedagógica, do rol de disciplinas, da duração e da carga-horária, do público alvo, da combinação possível das novas tecnologias etc”.

Ao considerar a realidade enfrentada, os professores consentem que o público atendido é diferenciado, tornando, portanto, a utilização unicamente dos livros didáticos imprópria e incompleta. A alternativa encontrada para superar esta dificuldade e tentar proporcionar reflexões e, conseqüentemente, transformações subjetivas e coletivas no contexto social, cultural e educacional das adolescentes foi a realização de projetos pedagógicos. Nogueira (2001) afirma que a dinâmica de trabalhos com projetos proporciona aprendizagem significativa, múltiplas interações do indivíduo, pluralidade das inteligências, etc.. Assim, esta metodologia é bastante rentável para abordar temáticas relacionadas ao cotidiano das adolescentes, como a denominada “Liberdade”, trabalhada nos meses de abril e maio de 2018. Através do desenvolvimento dos projetos pedagógicos, foi possível identificar uma maior aproximação e interação entre as jovens, reforçando a ideia do trabalho em equipe, além de promover vínculos entre professores das mais variadas disciplinas, buscando conciliá-las com aspectos do tema proposto para atingir os objetivos.

Outro desafio é a impossibilidade das jovens levarem seus materiais didáticos para o alojamento, uma das regras da instituição, pois apesar da oferta, no momento em que os alojamentos são revistados, os livros e cadernos são os primeiros objetos a serem destruídos, podendo se questionar a importância da educação no local ou até mesmo se é realmente vista como um direito (AGUIAR, 2009). Por este motivo, os professores precisam planejar suas aulas de modo que aquele momento seja necessário para uma maior fixação dos conteúdos. Sem poder revisar no contra turno, o momento em que as jovens se encontram com a professora se torna uma eterna revisão, provocando nos profissionais a procura por técnicas para auxiliar na compreensão e memorização dos assuntos, como o uso de aulas prazerosas – utilizando filmes, músicas, vídeos etc.

Posturas que se enquadram neste viés são necessárias, mantendo sempre a busca de novos métodos de ensino para alcançar uma prática que proporcione resultados positivos e significativos no desenvolvimento dos educandos (BEHRENS, 2003). Entretanto, apesar da magnitude desta dinâmica para todos que compõe o CEF, a falta de recursos repassados pelo estado para o desenvolvimento das atividades se torna um opositor para o sucesso da proposta. Além dos professores não receberem nenhum tipo de benefício por trabalhar com o referido público, todos os materiais utilizados, desde uma simples cartolina até computadores e datashow, são dos próprios profissionais.

Como afirma Pinto (1993), o ato educacional não se constitui apenas dos conteúdos das matérias, mas também das relações sociais e pessoais entre aluno e professor, das instalações da instituição escolar, dos livros e materiais didáticos, as condições locais da escola, etc. Assim, o espaço físico do CEF se torna também barreira para uma educação relevante e significativa. O centro se encontra em uma estrutura totalmente inadequada, pois está situado em um prédio onde funcionava uma antiga creche que foi desativada. Após a acomodação dos serviços socioeducativos,

não houve investimentos para adaptação do ambiente, apenas a instalação de grades nas portas e janelas das antigas salas, onde estão os alojamentos.

Além da cantina, banheiros e sala para socioeducadores (psicóloga, assistente social, técnico de enfermagem), a instituição conta apenas com uma única sala de aula para atender as diversas turmas de diferentes níveis da EJA. Com o objetivo de buscar solucionar o problema, o pátio é utilizado de modo improvisado, onde se subdivide em espaços para três grupos assistirem aula simultaneamente. Deste modo, é visível que a prioridade é nas ações que visam manter a ordem e a segurança, fazendo com que os demais atendimentos fiquem em segundo plano (AGUIAR, 2009).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

No desenvolver da pesquisa, compreendeu-se a complexidade de se trabalhar na modalidade de educação de jovens e adultos com as adolescentes em realidade de privação de liberdade. O Centro Educacional Feminino é conhecido como um ambiente regido por muitas regras e normas, objetivando manter a ordem, garantir a integridade dos funcionários e assegurar a segurança das menores que cumprem medidas socioeducativas no local.

Por isso, muitas são as questões que deveriam ser colocadas para reflexão, como a estrutura do local, que por falta de apoio governamental é totalmente inadequada; as de ordem material, em que, na maioria das vezes, os próprios professores compram e levam materiais necessários às suas aulas; ou ainda a metodologia utilizada nos processos de ensino-aprendizagem das internas, que exige uma formação mínima dos educadores, que dê condições de conduzir as atividades de maneira política e consciente.

Desse modo, é preciso trabalhar com comprometimento e responsabilidade para que na falta de condições básicas mínimas, o profissional crie meios e não se sinta desestimulado a realizar seu papel social. A luta pelo que é por direito das jovens e do CEF é urgente, para que o trabalho realizado dentro do Centro Educacional Feminino contribua de maneira efetiva na educação e ressocialização das menores.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, A. Educação de jovens e adultos privados de liberdade: perspectivas e desafios. **Paidéia**, Belo Horizonte, n. 7, p. 101-121, jul./dez., 2009.

BANDEIRA, D. **Material didático**: conceito, classificação geral e aspectos da elaboração. Disponível em: < <http://www2.videolivrraria.com.br/pdfs/24136.pdf>>. Acesso em: 19 de junho de 2018.

BEHRENS, M. A. **O paradigma emergente e a prática pedagógica**. Curitiba: Champagnat, 2003.

BONI V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan./

jul., 2005.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal. Centro Gráfico, 1988.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler: três artigos que se complementam**. São Paulo: Cortez, 2009.

GODOY, A. S.. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, mai./jun., 1995.

LEITE, S. A. da S; GAZOLI, D. G. D. Afetividade no processo de alfabetização de jovens e adultos. **EJA em debate**, Florianópolis, v. 1, n. 1, nov., 2012.

NOGUEIRA, J. M. **Pedagogia dos projetos: uma jornada interdisciplinar rumo ao desenvolvimento das múltiplas inteligências**. IN: Projetos. São Paulo: Érica, 2001. p. 75-115.

PINTO, Á. V. **Sete lições sobre educação de adultos**. São Paulo: Cortez, 1993.

SOBRE A ORGANIZADORA

Gabriella Rossetti Ferreira

- Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil.
- Mestra em Educação Sexual pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil.
- Realizou parte da pesquisa do mestrado no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (IEUL).
- Especialista em Psicopedagogia pela UNIGRAN – Centro Universitário da Grande Dourados - Polo Ribeirão Preto.
- Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil. Agência de Fomento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.
- Atua e desenvolve pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade, Formação de professores, Tecnologias na Educação, Psicopedagogia, Psicologia do desenvolvimento sócio afetivo e implicações na aprendizagem.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/0921188314911244>

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-307-1

